

ATIVIDADE ECONÔMICA

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em dezembro de 2024

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dezembro de 2024 apresentou um superávit primário de R\$ 19,5 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central totalizou R\$ 232,8 bilhões nesse mês, um crescimento de 18,8% em termos reais, comparativamente ao apurado no mesmo mês de 2023, ao passo que as despesas somaram R\$ 213,4 bilhões, um decréscimo real de -32,9% na mesma base de comparação. É preciso registrar que em dezembro 2023 houve o forte pagamento de precatórios, autorizado pela medida provisória no 1.200/2023, atendendo a determinação do Superior Tribunal Federal, sem contrapartida no último dezembro. Com isso, em 2024, o resultado primário apresenta um déficit de R\$ 52,3 bilhões, a preços constantes de dezembro, melhor do que o esperado no último relatório de avaliação de receitas e despesas primárias (R\$ 64,4 bilhões).

Em dezembro de 2024, a receita total registrou uma elevação real de 17,2%, em comparação com o montante arrecadado no mesmo mês de 2023. Esse aumento observado se deu em função da arrecadação de receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que tiveram um crescimento real de R\$ 14,7 bilhões (10,5%), combinado com a expansão nas receitas não administradas pela RFB, variação positiva real de arrecadação de R\$ 26,9 bilhões (103,7%). Por seu turno, as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentaram alta de R\$ 0,8 bilhão (1,0%). Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve um crescimento de R\$ 36,8 bilhões (18,8%) a preços constantes. No acumulado em 2024, a receita líquida de transferências registrou uma variação real positiva de 8,7%, totalizando R\$ 175,8 bilhões, a preços constantes, a mais do que em 2023, fortemente impactada pelo bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela RFB – que marcaram no período um acréscimo de 12,5%, aumento real de R\$ 192,6 bilhões. O gráfico 1 demonstra o bom desempenho da arrecadação ao longo de 2024, com a receita total registrando um crescimento real médio, em relação ao mesmo período de 2023, de 9,2%.

Quanto à despesa total, houve uma queda expressiva em dezembro, em termos reais, de R\$ 104,4 bilhões (-32,9%) em relação ao mesmo mês de 2023, decorrente, principalmente, do pagamento com precatórios em 2023. Com isso, a despesa acumulada em 2024 teve uma queda real de R\$ 14,0 bilhões (-0,6%), em comparação

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe dos Santos Martins

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac

felipe.martins@ipea.gov.br

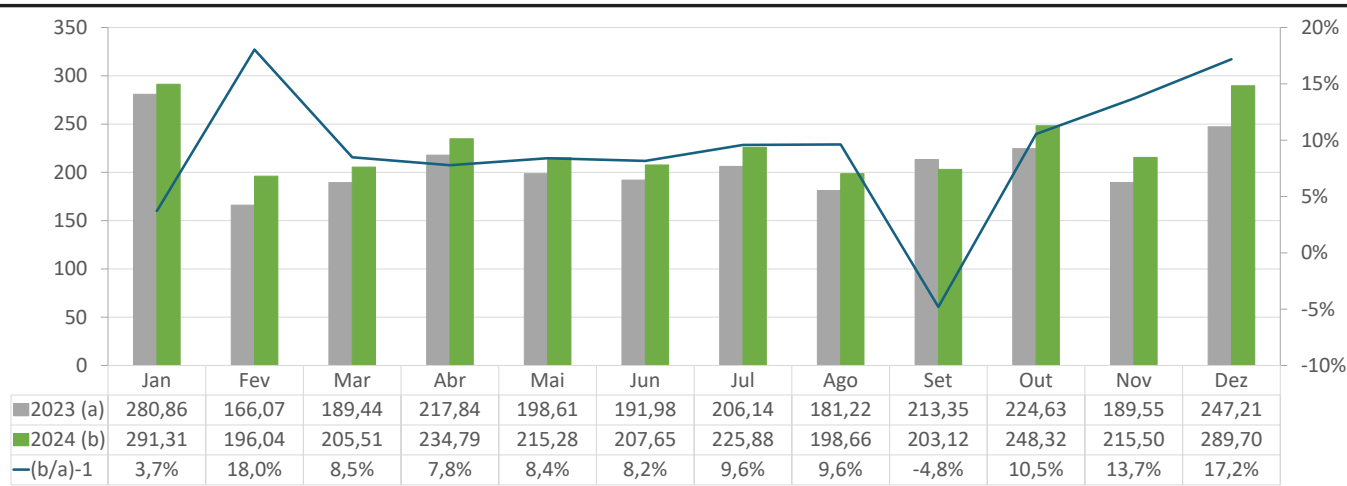
Divulgado em 14 de janeiro de 2025.

a 2023, muito influenciada pelo pagamento de outras despesas obrigatórias, que apresentou retração real de R\$ 13,6 bilhões (3,6%).

GRÁFICO 1

Receita total: evolução da arrecadação (2023-2024)¹

(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

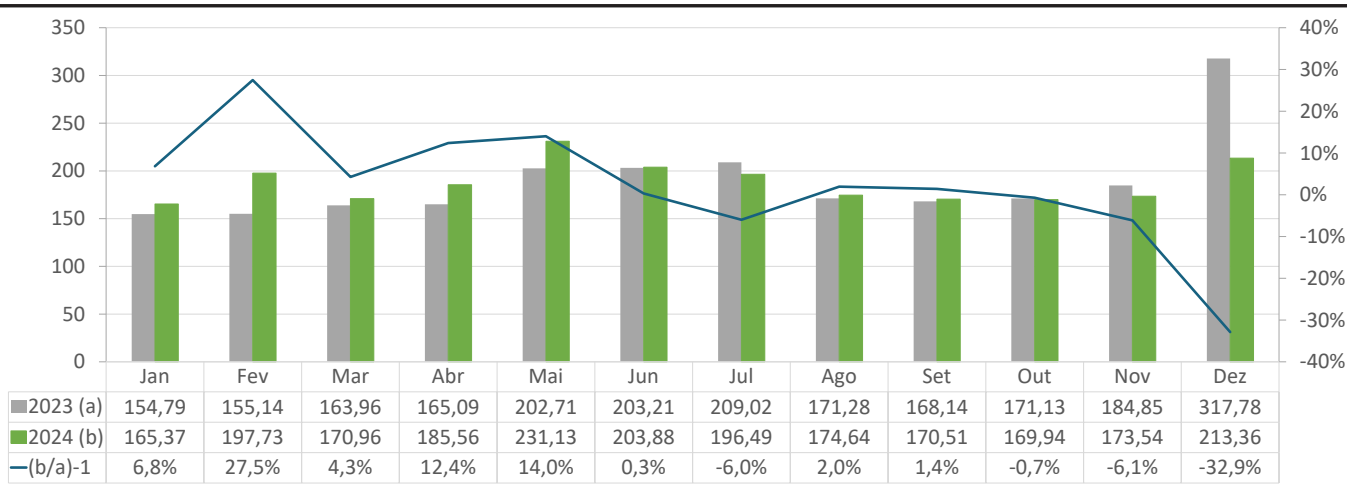
Nota: ¹ A preços constantes de dezembro de 2024.

Pode-se observar, ainda, pela análise do gráfico 2, que a despesa, após forte crescimento real nos primeiros meses de 2024, em comparação com 2023, impulsionada pela antecipação do pagamento de precatórios em fevereiro, pela antecipação do calendário de pagamento do 13º salário de benefícios previdenciários e pelo pagamento de despesas com créditos extraordinários para o enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande do Sul, vem apresentando uma tendência de crescimento menor desde junho de 2024. Vale destacar que a queda da despesa observada em julho de 2024, em relação ao mesmo mês de 2023, se deve, também, ao calendário de pagamentos do 13º salário de benefícios previdenciários. Adicionalmente, a queda em dezembro está atrelada, como supracitado, ao pagamento de precatórios em 2023 concentrados no referido mês.

GRÁFICO 2

Despesa total: evolução da despesa (2023-2024)¹

(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ A preços constantes de dezembro de 2024.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes de dezembro de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-dezembro		Taxa de variação (%)
	dez./2023	dez./2024		2023	2024	
1-Receita Total	247,2	289,7	17,2	2.506,9	2.731,8	9,0
1.1 - Receita Administrada pela RFB	140,5	155,2	10,5	1.535,3	1.727,9	12,5
1.2 - Incentivos Fiscais	- 0,0	-	-	- 0,1	-	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	80,8	81,6	1,0	631,2	652,4	3,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	26,0	52,9	103,7	340,5	351,5	3,2
2. Transf. Por Repartição de Receita	51,2	56,9	11,2	481,8	531,0	10,2
3. Receita Líquida (1-2)	196,0	232,8	18,8	2.025,1	2.200,8	8,7
4. Despesa Total	317,8	213,4	- 32,9	2.267,1	2.253,1	- 0,6
4.1 Benefícios Previdenciários	100,8	72,9	- 27,7	957,5	958,8	0,1
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	55,5	40,8	- 26,5	387,3	374,9	- 3,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	89,2	35,0	- 60,8	379,9	366,3	- 3,6
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	72,2	64,6	- 10,5	542,4	553,0	2,0
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	- 121,8	19,5	116,0	- 242,0	- 52,3	78,4

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em dezembro de 2024 foi registrado um aumento real de R\$ 14,7 bilhões (10,5%) em relação ao mesmo mês de 2023. O bom desempenho das receitas administradas ocorreu na maior parte dos itens, com destaque para o forte crescimento do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando um acréscimo real de R\$ 6,8 bilhões (27,5%), em comparação ao mesmo mês de 2023.

TABELA 2

Governo central: principais componentes da receita a preços constantes de dezembro de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-dezembro		Taxa de variação (%)
	dez./2023	dez./2024		2023	2024	
1-Receita Total	247,2	289,7	17,2	2.506,9	2.731,8	9,0
1.1 - Receita Administrada pela RFB	140,5	155,2	10,5	1.535,3	1.727,9	12,5
1.1.01 Imposto de Importação	4,7	7,7	64,4	57,8	79,3	37,1
1.1.02 IPI	6,5	7,2	11,2	63,2	86,1	36,2
1.1.03 Imposto de Renda	75,5	79,2	4,8	742,5	802,7	8,1
1.1.04 IOF	5,9	6,6	12,0	66,0	69,2	4,8
1.1.05 Cofins	28,9	31,1	7,6	312,1	375,0	20,2
1.1.06 PIS/Pasep	8,4	8,9	6,3	90,3	106,1	17,5
1.1.07 CSLL	7,4	9,7	31,0	159,0	170,8	7,4
1.1.09 CIDE Combustíveis	0,3	0,3	- 16,7	1,3	3,5	173,5
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2,9	4,5	57,8	43,3	35,4	- 18,2
1.2 - Incentivos Fiscais	- 0,0	-	-	- 0,1	-	- 100
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	80,8	81,6	1,0	631,2	652,4	3,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	26,0	52,9	103,7	340,5	351,5	3,2
1.4.1 Concessões e Permissões	2,2	7,3	229,6	9,4	15,7	67,5
1.4.2 Dividendos e Participações	5,1	23,3	354,5	53,3	73,5	38,0
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,7	1,6	- 7,4	18,5	19,0	2,5
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6,5	8,0	23,6	120,5	121,7	1,0
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1,9	1,9	- 0,4	22,5	24,0	6,7
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	4,5	4,8	5,5	32,8	33,7	2,9
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,1	0,0	-	0,1	0,1	-
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	3,9	6,0	53,9	83,5	63,8	- 23,5
2. Transf. Por Repartição de Receita	51,2	56,9	11,2	481,8	531,0	10,2
3. Receita Líquida (1-2)	196,0	232,8	18,8	2.025,1	2.200,8	8,7

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

Em 2024, a receita total registrou um crescimento real, em comparação com 2023, de R\$ 224,9 bilhões (9,0%). As principais variações positivas ocorreram na receita administrada pela RFB, que teve alta de R\$ 192,6 bilhões (12,5%), com destaque para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), com crescimento de R\$ 15,8 bilhões (17,5%), Imposto de Importação, com aumento de R\$ 21,5 bilhões (37,1%), IPI, com alta de R\$ 22,9 bilhões (36,2%), Imposto de Renda, com expansão de R\$ 60,2 bilhões (8,1%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com aumento de R\$ 62,9 bilhões (20,2%).

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se notar que em dezembro houve um decréscimo real de 32,9%, impactado diretamente pelo pagamento de precatórios ao fim de 2023 e dando continuidade a uma tendência observada ao longo do segundo semestre, após forte elevação real observada no primeiro semestre de 2024, em comparação ao mesmo período de 2023. O impacto do pagamento de precatórios em dezembro de 2023 leva ao registro de uma redução real nas despesas com benefícios previdenciários de R\$ 27,9 bilhões (27,7%), de R\$ 14,7 bilhões em pessoal e encargos sociais (26,5%) e de R\$ 54,2 bilhões nas outras despesas obrigatórias (60,8%).

As despesas totais de 2024, quando comparadas às de 2023, tiveram uma queda real de R\$ 14,0 bilhões (-0,6%), com destaque para a retração real de R\$ 12,4 bilhões em pessoal e encargos sociais (-3,2%) e de R\$ 13,6 bilhões nas outras despesas obrigatórias (-3,6%), ante a uma expansão de R\$ 1,3 bilhão com benefícios previdenciários (0,1%) e de R\$ 10,6 bilhões nas despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, obrigatórias e discricionárias (2,0%).

TABELA 3

Governo central: principais componentes da despesa a preços constantes de dezembro de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-dezembro		Taxa de variação (%)
	dez./2023	dez./2024		2023	2024	
4. DESPESA TOTAL	317,8	213,4	- 32,9	2.267,1	2.253,1	- 0,6
4.1 Benefícios Previdenciários	100,8	72,9	- 27,7	957,5	958,8	0,1
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	55,5	40,8	- 26,5	387,3	374,9	- 3,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	89,2	35,0	- 60,8	379,9	366,3	- 3,6
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	4,5	4,5	0,5	77,8	82,6	6,2
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9,0	9,6	6,0	98,7	113,4	14,9
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,7	9,4	1.215,6	3,0	26,1	779,9
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0		0,0	0,0	
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	3,2	4,0	25,4	40,0	48,6	21,5
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	3,1	3,0	- 1,3	18,5	19,9	7,7
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3	- 4,6	4,3	4,1	- 4,2
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	54,3	0,4	- 99,3	75,2	35,5	- 52,8
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	4,6	2,7	- 39,9	23,0	18,5	- 19,8
4.3.10 Impacto Primário do FIES	0,2	0,0	- 100,0	1,7	1,5	- 15,1
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	9,3	0,9	- 89,8	37,7	16,2	- 56,9
4.4 Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira	72,2	64,6	- 10,5	542,4	553,0	2,0
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	32,8	34,3	4,5	347,8	364,5	4,8
4.4.2 Despesas Discricionárias	39,4	30,4	- 23,0	194,6	188,5	- 3,1

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Loas/RMV – Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Debora Mesquita Pimentel
Felipe dos Santos Martins

Equipe de Assistentes:

Beatriz de Luna Barreto
Marcelo Guedes Pecly
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Equipe Administrativa:

Amanda Fernandes Tatagiba
Aline Conceição Santos
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
